"E D I T A L"

Pregão Presencial n.º22/2018 - SRP

P R E Â M B U L O

Processo n.º	18374/2017
Fundamento Legal:	Lei 8666-93 e suas alterações, Lei 12.846/13, Lei 10.520/02, Decreto Municipal n.º 270/02, Decreto Municipal 47/13, Decreto Municipal 135/2013.
Finalidade:	Registro de Preços para fornecimento e instalação de equipamentos de equipamentos físicos em espaços públicos pertencentes ao Município de Maricá.
Critério de Julgamento:	**Menor Preço por Item**
Execução:	**Indireta**
Data:	**12/03/2018**
Horário:	**14H**
Local de Realização:	**Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.**

1.1. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, Órgão integrante da Prefeitura Municipal de Maricá, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, autorizados através da Portaria N.º 10/2018, torna público que fará realizar a licitação na **modalidade Pregão Presencial, sob o Regime de Execução Indireta**, **tipo Menor Preço Por Item, conforme informações constantes nos autos do processo administrativo supracitado.**

1.2. A Sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preço e a Documentação será na data supracitada, na **Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.**

1.3. A presente licitação e o contrato que dela resultar serão regidos pelas disposições contidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 270/2002 , n.º 47/2013 e n.º 135/13, e suas alterações em vigor, pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Complementar 123/06, e demais

normas aplicáveis à espécie, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento editalício, como se nele estivessem transcritas e às quais as partes, desde já, sujeitam-se incondicionalmente.

1.4 – São órgão participantes do presente Registro de Preços:
Secretaria de Conservação

1.5 - Em observância ao Decreto Regulamentador do Sistema de Registros de Preços do Município de Maricá fica convencionado que a quantidade mínima a ser cotada e contratada por item é de 20% (vinte por cento) dos quantitativos ora registrados.

1.6 – A estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, é de 100% (cem por cento).

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para efeitos deste Certame define-se como:

2.1.1 Beneficiário de Preferência - titular de direito de preferência, na disputa da proposta, e direito de saneamento, na fase de habilitação, nas modalidades de concorrência e pregão, assim considerados:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previsto na legislação específica, em especial a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

b) a cooperativa a esses equiparados, na forma do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

c) o microempreendedor individual - MEI, previsto na Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2012.

2.1.2 Sistema de Registro de Preços – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

2.1.3 ata de registro de preços – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

2.1.4 órgão gerenciador – órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

2.1.5 órgão participante – órgão ou entidade da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

2.1.6 órgão não participante – órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

2.1.7. Contratado- pessoa física, jurídica ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração Pública.

2.1.8. Entrega imediata - aquela com prazo de entrega até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou do pedido ou ordem de fornecimento;

2.1.9. Licitantes: pessoas físicas e jurídicas que participam ou manifestam a intenção de participar do processo licitatório. Equipara-se a licitante, para os fins desta Licitação, o fornecedor ou prestador de serviço que, atendendo solicitação da Administração, oferece proposta.

2.1.10. Preços manifestamente inexeqüíveis: aqueles que os licitantes, após determinação da Administração, não comprovarem a sua viabilidade de execução.

03. DO OBJETO (Art. 40, I, Lei n.º 8.666/93)

3.1 - O presente Pregão destina-se ao Registro de Preços para o **fornecimento e instalação de equipamentos de exercícios físicos em espaços públicos pertencentes ao Município de Maricá,** conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.

3.2 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

3.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

3.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 3.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.6 - As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7 - O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

3.8 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.9 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

04. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DO FORNECIMENTO

04.1 – Quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independente da comunicação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

04.2 – O Contratado deverá atender aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, assim como obedecer rigorosamente ao prazo de execução dos serviços.

04.3 – Na Nota Fiscal deverá constar à especificação e os valores unitários dos serviços prestados.

04.4 – O adjudicatário é responsável pelos encargos de qualquer natureza oriundos da prestação de serviços, especificamente os de natureza previdenciária, tributária, trabalhista e comercial.

04.5. A empresa vencedora será convocada pela SECRETARIA Requisitante da Prefeitura Municipal de Marica para, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a homologação**, comparecer no local que for indicado, para assinar o "Termo de Contrato" e dar início à execução do objeto.

04.6. O prazo para a assinatura do "Termo de Contrato" poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Maricá.

04.7. A não assinatura do "Termo de Contrato" pelo vencedor, dentro do prazo fixado, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Maricá, o impedirá de participar de novas licitações pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das demais sanções previstas no **art. 81, da Lei Federal n.º 8.666/93**, assegurado o direito do contraditório da ampla defesa.

04.8. Deixando o licitante vencedor de assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido, é facultado a Prefeitura Municipal de Maricá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

04.9 – A CONTRATADA deve observar todas as disposições constantes do Termo de Referência.

04.10. Os itens ora licitados, se contratados, deverão ser fornecidos e/ou prestados periodicamente pelo prazo de 12 (doze) meses.

04.11 - Face ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

04.12. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, que se dará em 05 (cinco) dias úteis após o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da emissão do Aceite Provisório.

04.12.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

04.12.2. Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias não houver manifestação da Secretaria Requisitante acerca do recebimento definitivo, considerar-se á recebido o objeto definitivamente.

04.13 – O serviço que apresentar defeito, vício, se revelar inadequado ou em desacordo com as especificações deverá ser refeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação à contratada.

04.14 – Os equipamentos serão instalados na área de abrangência do Município de Maricá. O local de instalação será definido pela contratante através da ordem de serviço.

05 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.1. – Poderão participar deste Pregão as empresas:

a) que estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

b) que atenderem às exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que não tenham vedação explícita em lei;

c) Que estejam enquadradas como Micro Empresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte- EPP, conforme disposições do art. 48, I, da LCP 123/06.

05.2. Na hipótese de não comparecimento de pelo menos 3 (três) empresas enquadradas como ME ou EPP, conforme disposto no Art. 49, II, da LCP 123/06, a totalidade do objeto licitado passará à ampla concorrência, participando tanto ME e/ou EPP como empresas assim não enquadradas.

05.3 – Não será admitida na licitação a participação de:

a) licitantes suspensos temporariamente pelo governo municipal, nos termos do inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;

b) licitantes já incursos na pena do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

c) mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo jurídico;

d) licitantes cujos dirigentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico seja servidor do MUNICÍPIO, de suas sociedades Para-Estatais, Fundações ou Autarquias, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta.

05.3.1 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

c) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

05.3.2 - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item "b", na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

05.3.3 - O disposto no item 05.3.1 não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

05.3.4 - Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 05.3.1, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

05.3.5 - O disposto no item acima aplica-se aos membros da comissão de licitação.

05.4. Não será permitida a representação legal simultânea de mais de uma Licitante.

05.5. Não será permitida a participação de mais de uma Licitante sob controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

05.6. Não será permitida a participação de Licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Prefeitura da Cidade de Maricá ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias.

05.7. Não será permitida a participação de licitantes que tenham tomado parte na elaboração do projeto básico. Também é vedada a participação de empresas que possuam, em seu quadro técnico, profissional que tenha participado na elaboração do projeto básico, como autor ou colaborador.

05.8. Somente serão consideradas habilitadas a participar da presente licitação as empresas que entregarem os envelopes até o dia, hora e local determinado neste Edital e que atenderem integralmente as exigências documentais e específicas deste.

05.9. Não serão consideradas as propostas que não estiverem datadas e assinadas pelo representante legal da empresa e que não cumprirem as exigências do Edital quanto à colocação de carimbo contendo a razão social, C.N.P.J. e endereço, no caso de não apresentarem envelope padronizado.

05.10. As licitantes poderão ser representadas durante o processo licitatório através de seus representantes legais ou prepostos credenciados. Para tal credenciamento, o preposto deverá apresentar ao Presidente da Comissão Julgadora a carta de credenciamento, conforme modelo anexo, e a cópia autenticada do seu documento de identidade. A cópia poderá ser autenticada por membro da CPL à vista do original.

05.11 – A participação de cooperativa estará condicionada à comprovação, através de seu objeto social, de que não está inclusa na regra estabelecida pela Súmula 281 do TCU, e em respeito à Lei nº 12.690/2012.

06 – DO CREDENCIAMENTO

06.2.1 – A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

06.2.1.1 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, **este com firma reconhecida**, com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá o mesmo apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

06.2.1.1.2 - Os beneficiários de preferência deverão apresentar no momento do Credenciamento, separadamente dos Envelopes de Proposta e Habilitação, o original ou cópia autenticada da Certidão Específica do Enquadramento ou documento equivalente emitidos nos termos da Legislação.

06.2.1.2 – No caso de apresentação de carta credenciando ou procuração para este fim, estas deverão ser acompanhadas dos Atos Constitutivos da empresa, para verificação quanto à competência do emissor dos referidos documentos, devendo os documentos comprobatórios serem apresentados por fora dos envelopes. A falta de credenciamento não inabilitará a licitante, apenas a impedirá de se manifestar no curso do processo licitatório.

06.2.1.3 – Caso o licitante queira deixar a cópia autenticada dos Atos constitutivos apresentada, para fins de credenciamento, na posse da Equipe de Apoio não será necessária à apresentação dos mesmos dentro do envelope de documentação.

06.2.2 – A licitante deverá também entregar juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, por fora do envelope, à declaração (Anexo II - A) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

06.2.3 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

06.2.4 – Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados nesse item. A ausência desta documentação implicará, de imediato, a

impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como da perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

06.2.5 – A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será válida por 1 (um) ano, a contar da data de sua expedição.

07 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 A despesa com a presente aquisição correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 36; 01; 15.452.0060; 2.305, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Fonte 0206; 0236.

07.2. O preço estimado para a presente licitação é de R$ 4.551.035,00 (Quatro milhões e quinhentos e cinquenta e um mil e trinta e cinco reais).

08 – DAS PROPOSTAS E APRESENTAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

08.1 – Somente será aceita a Proposta que estiver preenchida em impresso original próprio ou modelo idêntico àquele fornecido pela CPL, desde que este contenha as informações solicitadas e atenda as seguintes condições:

08.1.1 – A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo, vedado o recebimento do envelope fora do evento.

08.1.2 – A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos.

08.1.3 - O preço unitário deverá também ser escrito por extenso, em folha anexa a proposta, visando elucidar possíveis dúvidas. O descumprimento desse subitem somente será causa de desclassificação se houver dúvida quanto ao valor expresso em algarismo.

08.2 – Em caso de divergência entre os preços apresentados em algarismos e por extenso será considerado o valor por extenso, desde que esteja compatível com a proposta – detalhe.

08.2.1 – Quando for verificado erro de soma, subtração, multiplicação ou divisão, o resultado corrigido será o considerado.

08.3 – Os licitantes deverão preencher o nome da empresa, o endereço, o número da Inscrição Estadual e/ou Municipal (conforme o caso), na primeira folha da Proposta, no local destinado para tal,

datando e assinando todas as vias, assim como deverá ser colocado o carimbo do CNPJ no canto superior direito, no espaço destinado para tal, sob pena de desclassificação.

08.4 – Os licitantes poderão apresentar carta em papel timbrado, anexada à proposta, com o objetivo de esclarecer fatos ligados à cotação apresentada, ficando a critério do Pregoeiro considerar ou não, como subsídio, para instrução processual.

08.5 – A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados, sob pena de desclassificação, ressalvada a hipótese do subitem 06.1.3.

08.6 – O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias.

09 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

09.1 – A Sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e a Habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o Decreto Municipal Competente, e, ainda, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

09.2 – No local, data e hora previstos neste Edital, os licitantes apresentarão suas propostas/documentos em envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, designados respectivamente "A" e "B", constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I – ENVELOPE "A" – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II – ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

09.3 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro e recebidos os envelopes, não mais serão admitidos novos licitantes.

09.4 - Os envelopes poderão ser entregues diretamente por representante da licitante na abertura da Sessão pública, por correio ou por qualquer outro serviço de entrega, não se responsabilizando a CPL pelo não recebimento ou pelo atraso no recebimento dos envelopes enviados por correio outro serviço de entrega.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

10.1 – Será exigida dos interessados a seguinte documentação (em envelope lacrado contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo):

I – documentação relativa à habilitação jurídica;
II – documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
III – documentação relativa à qualificação técnica;
IV – documentação relativa à regularidade fiscal;
V - Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);
VI - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de atendimento aos requisitos de Habilitação, conforme inciso VII, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/02 (modelo em anexo), de forma avulsa, **com firma reconhecida.**
VII - Declaração referente ao art. 9º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS: A declaração do item VI deverá ser entregue ao Pregoeiro, juntamente com o credenciamento/procuração e o Ato Constitutivo da empresa (subitens A1, A2, A3 ou A4, conforme o caso), de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes.

A – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Conforme o caso consistirá em:

A.1 - cédula de identidade;
A.2 - registro comercial, no caso de empresa individual;
A3. - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

A.4 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

A.5 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota: Os licitantes ficam eximidos da apresentação do documento constitutivo (contrato social, estatuto etc.) exigido neste item, se os mesmos foram apresentados no ato de credenciamento, salientado que, para tanto deverão ter sido apresentados em original ou cópia autenticada por cartório, de acordo com o preceito do *caput* do Artigo 32 da Lei Federal n 8.666 / 1993 e posteriores alterações.

Nota 2: Conforme Resolução CGSIM nº 16/2009, para o MEI – Empresário Individual, onde há a exigência de apresentação do contrato social, este será substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI

B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante a obtenção dos índices econômicos previstos na alínea "b.2" deste subitem.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº 11.638/07 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.2) Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicilio do licitante ou em órgão equivalente ou por fotocópia do

balanço e das demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicilio do licitante.

b.1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.5) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou Técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), na forma prevista no art. 25 da Lei nº 9.295/46, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.249/10, e na forma da Resolução nº 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo certo que os Técnicos acima referidos deverão promover o competente registro até a data de 15/06/15, na forma da lei vigente.

b.1.6) As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital-ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o Balanço Patrimonial e os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art.2º da citada Instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade Credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas - Brasileiras-ICP-Brasil) nos termos da IN-RFB nº926, de 11 de março de 2009.

b.2) o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \geq 1{,}0$$

b.2.1) A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos juntado ao Balanço apresentado pelo licitante. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

b.2.2) A empresa licitante que apresentar resultado Menor Que Um no Índice de Liquidez Geral (ILG) poderá comprovar a capacidade econômico-financeira de empresa através da demonstração de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação.

b.3) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias. No caso de a sede se encontrar na Comarca do Rio de Janeiro - RJ deverão as certidões ser expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios. Se a licitante não for

sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas ou recuperação judicial.

C – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C.1 – Declaração de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

C.2 – Apresentar atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devidamente registrados no CREA/CAU.A licitante deverá apresentar o catálogo ilustrativo, original, próprio do fabricante, em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, com ilustrações/fotos do equipamentos, desenho industrial com indicações técnicas, descrição expandida do equipamento e todas as informações necessárias (marca, código, modelo, etc.) para avaliar se o equipamento proposto atende a todos os requisitos descritos no Termo de Referencia.

C.3 -Os atestados citados acima devem estar em nome do responsável técnico, na forma da Resolução 1025/CONFEA.

C.3.1 - Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

D – REGULARIDADE FISCAL

D.1 – Cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso.

D.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, ou ambos, dependendo do seu ramo de atividade.

D.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal feita por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos,

emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda, na forma do que dispõe a regulamentação federal sobre a matéria. Portaria Conjunta PGFN/SRF n.º 03/2005, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

D.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual feita por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ou Certidão para não Contribuinte do ICMS (quando emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão Negativa de Débito com a Dívida Ativa Estadual emitida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Resolução do Órgão, mesmo quando for apresentada CERTIDÃO PARA NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER n.º 33, de 24 de novembro de 2004).

D.5 – Em relação a regularidade fiscal municipal: para todos os licitantes sediados no Município de Maricá: a) certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá; ou b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá. Para os licitantes que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município: a) certidão negativa de débitos municipais, expedida pela Município de sua Sede; ou b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais. Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro mobiliário do Município de Maricá: a) certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá. b) certidão negativa de débitos municipais, expedida pela Município de sua Sede, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais de sua Sede.

D.6 – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS).

D.7 – Prova de Regularidade Trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de débitos trabalhistas, conforme o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

10.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou serem autenticados a vista do original por servidor público dos quadros da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

10.2.1 – Os documentos que serão autenticados por membros da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura dos envelopes, evitando assim, situações que atrasem o procedimento do Certame.

10.2.2 – Os referidos documentos poderão, ainda, ser autenticados por qualquer servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, na forma da lei, caso em que não será necessário a antecedência citada no subitem 8.2.1.

10.2.3 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

10.3 - A apresentação do Certificado de Cadastro **NÃO** isentará o licitante de apresentar dentro do envelope de documentação os documentos listados na Habilitação Jurídica e na Regularidade Fiscal, ainda que as referidas certidões estejam na validade na data de entrega dos envelopes.

10.4 - As documentações solicitadas deverão ser apresentadas na sessão de licitação obedecendo a ordem descrita no edital.

11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 40, VII e X, Lei N.º 8.666/93)

11.1 – No local, dia e hora previstos neste edital, em Sessão pública deverão comparecer os licitantes, com os envelopes contendo a Documentação para Habilitação (B) e a Proposta de Preços (A), assim como, com declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação de forma avulsa.

11.2 – Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a conseqüente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

11.3 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.

11.4 – Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas no subitem 11.3 o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.5 – No caso de duas ou mais propostas apresentarem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

11.6 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de exclusão do certame.

11.7 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

11.8 – Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

11.9 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

11.10 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito.

11.11 – A licitante classificada por apresentar o Menor Preço no certame, só será declarada vencedora, depois de verificadas as demais exigências deste Edital.

11.12 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o valor referente ao objeto deste Edital.

11.13 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e ser formalizada em ata.

11.14 – Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

11.15 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11.16 – O licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances verbais.

11.16.1 – A proposta final do licitante vencedor, não poderá ser superior ao valor estimado para a presente licitação.

11.17 – Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao objeto desta licitação.

11.18 – Com relação as Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte serão observadas as regras estabelecidas nos art. 42 a 49, da Lei Complementar 123/2006.

12. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 - Selecionada a Proposta de melhor preço ou encerrada a fase de lances, o Pregoeiro verificará a existência de licitante presente e credenciado com direito de preferência. Existindo beneficiário e se o valor da respectiva Proposta de Preços estiver no intervalo de até 5%(cinco por cento) superior ao

preço da Proposta classificada em primeiro lugar ser-lhe-á permitido apresentar preço inferior ao da Proposta classificada.

12.2 - A não apresentação de preço pelo licitante beneficiário de preferência implicará na decadência do direito conferido pela Legislação e, havendo outros licitantes beneficiários o Pregoeiro os convocará, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

12.3 - Na hipótese de não haver oferta de preço pelos beneficiários de preferência concorrentes desta licitação, o Pregoeiro dará continuidade ao Pregão com a Proposta de Preços originalmente classificada em primeiro lugar, procedendo á abertura dos documentos de sua habilitação.

12.4 - Os beneficiários do direito de preferência, na fase da Habilitação, deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital para efeito de comprovação da Regularidade Fiscal, mesmo que estes documentos apresentem alguma restrição, consoante dispõe o art.43 da Lei Complementar nº123/2006.

12.5 - Sendo o licitante beneficiário do direito de preferência, na fase do exame dos documentos de habilitação será observado o direito de saneamento quanto à regularidade perante ás Fazendas, INSS, FGTS e Justiça Trabalhista, previsto na lei. Havendo irregularidades nos documentos apresentados, o Pregoeiro concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação apresentada de forma irregular pelo licitante beneficiário de preferência.

12.5.1. - O não atendimento da regularidade dos documentos no prazo estabelecido no subitem 12.4. implicará a inabilitação do licitante.

13 – DOS RECURSOS

13.1 – Durante a realização do Certame os recursos se darão da seguinte forma:

13.1.1 – O licitante deverá registrar em ata a síntese das suas razões, sob pena de perda do direito de recorrer, devendo obrigatoriamente apresentá-las por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, forma da Lei do Pregão.

13.1.2 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

13.1.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.1.4 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, através do Pregoeiro e equipe de apoio, na cidade de Maricá.

13.1.5 - Interposto o recurso os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresenta contra-razões no prazo de até 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente
13.2 – Caberão ainda os seguintes recursos:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato:
a) anulação ou revogação da licitação;
b) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
c) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do art. 79, da Lei n.º 8.666/93;
d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II – representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

13.2.1 – A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "c", deste item, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso II, será feita mediante publicação na imprensa oficial.
13.2.2 – Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
13.2.3 -. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade
13.2.4 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
13.3 – Para que sejam asseguradas as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, será aceito o encaminhamento de recurso, tempestivamente, para o e-mail maricacpl@gmail.com que será impresso e gerará um processo administrativo. Até o julgamento do referido recurso deve o Recorrente encaminhar original, devidamente assinado pelo Responsável da empresa, para que seja apensado aos autos do Recurso, sob pena de indeferimento do mesmo.

14 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO (Art. 40, II, Lei n.º8.666/93)

14.1. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.1.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

14.1.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15 – DAS PENALIDADES (Art. 40, III, Lei n.º 8.666/93)

15.1 A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos;

c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que

o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02.

15.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

15.3 - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do item 15.1, poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

15.4 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.5 - A aplicação das sanções previstas neste item deverão ser aplicadas pela Autoridade, observadas as disposições do Decreto Municipal n.º 47/2013.

15.6 - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

15.8 – A multa prevista no item 15.1 não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

15.9 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

15.10 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

16 – DA IMPUGNAÇÃO

16.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço/habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.

16.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas. Após esse prazo, a comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam este edital, não terá efeito de recurso.

16.3 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.4 – A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

16.5 – As impugnações interpostas deverão ser protocoladas junto a Comissão Permanente de Licitação, que fornecerá ao licitante recorrente o número do processo administrativo, gerado para julgamento da impugnação, para que o recorrente acompanhe o trâmite processual.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão, decorrido *in albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à Autoridade Superior para adjudicação e homologação.

17.2. Até a data da assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação econômico-financeira tenha se alterado após o inicio do processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

17.3 - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

18 – DO PAGAMENTO (Art. 40, XIV, Lei n.º 8.666/93)

18.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do "Termo de Contrato".

18.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

18.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 047/2013.

18.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da efetiva prestação do serviço mensal, data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra "a', do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota

fiscal, previamente atestada por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

18.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

18.3.3 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

18.3.4 O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Chefe do Executivo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Prefeito.

18.3.5 Caso o Município antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.18.3.4 O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Chefe do Executivo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Prefeito.

18.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes, após o prazo citado, só poderão ocorrer em periodicidade anual, conforme variação do IGP-M, levando em consideração a data base estipulada na proposta.

18.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 40, VIII, Lei n.º 8.666/93)

19.1 - A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, ou anulada, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses motivos, ressalvado o disposto no Parágrafo Único, do art. 59 da Lei n.º 8.666/93, no último caso.

19.2 - Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste Certame na data marcada, ficará o mesmo automaticamente

prorrogado para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso do Pregoeiro e Equipe de Apoio em contrário.

19.3 – O Edital e seus anexos, assim como maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital, poderão ser obtidas e dirimidas junto ao Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, até um dia útil antes da realização do Certame.

19.3.1 – Os interessados em retirar o Edital deverão entregar CD-RW (virgem) à Comissão Permanente de Licitação.

19.3.2 - Informações e esclarecimentos relativos à Licitação devem ser adquiridas junto à Comissão Permanente de Licitação, situado na Rua Álvares de Castro, nº 346, 2º andar, no horário de 9:00 às 17:00, ou pelo telefone 2637-2052, ou maricacpl@gmail.com

19.4 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

19.5 - Os documentos exigidos deverão ser apresentados de forma ordenada, em conformidade com o edital, devidamente numerados.

19.6 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Portanto, a constatação, a qualquer tempo, de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados, ensejará, após regular processo administrativo, a adoção imediata da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de até 02 (dois) anos, independentemente das demais sanções previstas em Lei.

19.7 – Considerar-se-á domicílio ou sede da licitante o lugar onde esta mantém seu estabelecimento matriz.

19.8 – As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes do presente Edital e seus Anexos, não podendo alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto às condições estabelecidas, como elementos impeditivos ao perfeito cumprimento do contrato.

19.9 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.10 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** responsabilidade por qualquer custo, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.11 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro ou pela Autoridade superior.

19.12 – O proponente que vier a ser vencedor do certame, se contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.13 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato e do fiel cumprimento da lei.

19.14 – A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o atendimento das propostas.

19.15 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do artigo 21, da Lei nº 8.666/93.

19.16 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para a licitante perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

19.17 – As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após a sua homologação e adjudicação pelo Secretário Requisitante.

19.18 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

19.19 – Fica assegurado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** sem que caiba aos licitantes indenização:

19.19.1 – adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, exceto em Caso Fortuito ou de Força Maior, quando o prazo citado não será observado.

19.20 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, ou ainda, quanto à formulação das propostas, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro.

19.21 – Os prazos previstos neste Edital serão contados conforme artigo 110 da Lei nº 8.666/93.

19.22 – As empresas que não obedecerem, rigorosamente, as exigências do Edital, serão inabilitadas/desclassificadas, ressalvada a hipótese do item 16.14.

19.23 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará o total conhecimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão

solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal competente e demais normas pertinentes à espécie, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, tendo sua decisão ratificada pela Autoridade superior através da Homologação.

19.24 – No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

19.25 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo os licitantes retira-los até 05 (cinco) dias após a publicação do extrato do contrato no Jornal Oficial do Município, sob pena de inutilização dos documentos contidos.

19.26 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio.

19.27 - Não será permitida a subcontratação, tendo em vista não ter havido solicitação expressa da Secretaria Requisitante.

19.28 – É vedada a substituição do representante da empresa junto a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da licitação a não ser em caso de força maior devidamente comprovado.

19.29 – A empresa deve obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no projeto básico/termo de referência e memorial descritivo assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

20. DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1 - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

20.2 - As condições do ajuste, para formalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, constam no ANEXO – Minuta da Ata de Registro de Preços.

20.3 - O prazo para a apresentação da documentação para a formalização da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis contados após a convocação, sob pena de decadência ao direito do registro na ata, sem prejuízo das sanções descritas neste edital, devendo a empresa adjudicatária apresentar documentação relativa à habilitação neste certame que já esteja vencida.

20.4 - A ata deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

20.5 - O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

20.6 - Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o subitem 20.3 ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração proceder na forma prevista neste Edital e na Lei correlata.

20.7 - A ata a ser firmada entre esta Municipalidade e a vencedora do certame terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

20. 8 O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II – estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III – estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV – quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V – condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, freqüência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI – prazo de validade do registro de preço;

VII – órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII – modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX – penalidades por descumprimento das condições;

20.9 Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços

sejam acrescidos custos variáveis por região.

20.10 A estimativa a que se refere o item 20.8 do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

20.11 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.11.1 A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

20.12. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I – será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na seqüência da classificação do certame;

II – o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo municipal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

III – a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

20.12.1 O registro a que se refere este item tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos itens seguintes.

20.12.2 Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I – os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

II – os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

20.12.3 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

20.13 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.14 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.15 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, não cabendo a incidência de reajuste dos preços registrados na Ata, apenas revisão dos mesmos nas hipótese legais permitidas.

20.15.1 - Os preços somente poderão ser reajustados nos contratos decorrentes de Ata de Registro de Preços observado o prazo estipulado neste Edital e o índice setorial aplicável.

20.15.2 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de

validade da ata de registro de preços.

20.16 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

20.16.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

20.17 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.18 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

20.19 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.19.1. - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

20.19.2. - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

20.19.3. - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

20.19.4. - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.20. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

20.21- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.22 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público; ou

II – a pedido do fornecedor.

20.23 - O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a PMM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

20.24 - Ao licitante vencedor fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes acorrente em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações

21 – DOS ANEXOS

21.1 – Constituem anexos deste Edital:

ANEXO I:

A – Planilha de Valores e Quantitativos e Unitários

B - Propostas-Detalhe

ANEXO II – Modelo de Declarações:

A- Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

B- Carta de Credenciamento para participar de licitações

C- Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos

D- Modelo de Declaração para fins do disposto do inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93

E- Modelo de Declaração referente ao art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

F- Modelo de declaração de que recebeu todos os documentos e informações necessários para participar da licitação.

ANEXO III:

A- Termo de Referência da Secretaria

ANEXO IV:

A – Minuta da Ata de Registro de Preços

B - Minuta do Contrato

22 – DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – A empresa vencedora deverá obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no Projeto Básico/Termo de Referência, assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

22.2 - Se houver divergência entre o Termo de Referencia e o Edital, deverá ser considerada a cláusula do edital.

23– FORO

23.1 - Fica eleito o foro do Município de Maricá para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da execução desta licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, de de 2018.

ADELSO PEREIRA

Secretario de Conservação

ANEXO I

A - PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	Bicicletário Público, especificações de acordo com termo de referência	Und	30	R$ 7.520,00	R$ 225.600,00
02	Equipamento de Estimulação de Membros Superiores e Inferiores e Coluna Cervical - Módulo Triplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24	R$ 13.956,00	R$ 334.944,00
03	Equipamento de Estimulação de Membros Inferiores e Quadril - Módulo Triplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24	R$ 11.010,00	R$ 264.240,00
04	Equipamento de Fortalecimento de Membros Superiores e Inferiores - Módulo Quádruplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24	R$ 18.625,00	R$ 447.000,00
05	Equipamento de Fortalecimento de Membros Inferiores - Módulo Quádruplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24	R$ 9.100,00	R$ 218.400,00
06	Equipamento Multi Alongador, especificações de acordo com termo de referência	Und	24	R$ 8.990,00	R$ 215.760,00
07	Equipamento Trave de Equilíbrio, especificações de acordo com termo de referência	Und	24	R$ 7.560,00	R$ 181.440,00
08	Equipamento Quádruplo Exercitador para Pessoas com Deficiencia Usuários de Cadeira de Rodas, especificações de acordo com termo de referência	Und	5	R$ 29.200,00	R$ 146.000,00
09	Totem Informativo, especificações de acordo com termo de referência	Und	54	R$ 1.920,00	R$ 103.680,00
10	Totem Informativo Caderantes, especificações de acordo com termo de referência	Und	5	R$ 1.920,00	R$ 9.600,00

11	Equipamento Work Out - Guia Paralelas e Step Balanciado, especificações de acordo com termo de referência	Und	14	R$ 8.050,00	R$ 112.700,00
12	Equipamento Work Out - Guias de Extensão de Braços e Trave Suspensa Inclinada, especificações de acordo com termo de referência	Und	14	R$ 8.680,00	R$ 121.520,00
13	Equipamento Work Out - Trave Superior e Leg Press, especificações de acordo com termo de referência	Und	14	R$ 10.150,00	R$ 142.100,00
14	Equipamento Work Out - Roda Thai Chi e Cadeira Abdominal, especificações de acordo com termo de referência	Und	14	R$ 7.628,00	R$ 106.792,00
15	Equipamento Work Out - Espaldar Vertical e Cordas de Escalada Vertical, especificações de acordo com termo de referência	Und	14	R$ 11.780,00	R$ 164.920,00
16	Central Múltipla Ginástica + Bicicletário Público sem Cobertura Aço Inoxidável, especificações de acordo com termo de referência	Und	5	R$ 88.658,00	R$ 443.290,00
17	Balanço Estaiado - Dois Assentos Juvenil - Faixa, especificações de acordo com termo de referência	Und	9	R$ 9.899,00	R$ 89.091,00
18	Balanço Estaiado - Quatro Assentos Juvenil , especificações de acordo com termo de referência	Und	4	R$ 14.900,00	R$ 59.600,00
19	Balanço Estaiado - Dois Assentos Infantil, especificações de acordo com termo de referência	Und	9	R$ 9.540,00	R$ 85.860,00
20	Multi-Play Standart, especificações de acordo com termo de referência	Und	9	R$ 17.890,00	R$ 161.010,00
21	Multi-Play Premium, especificações de acordo com termo de referência	Und	5	R$ 32.000,00	R$ 160.000,00
22	Escalador Estaiado Standart, especificações de acordo com termo de referência	Und	9	R$ 15.360,00	R$ 138.240,00
23	Escalador Estaiado Modelo Premium, especificações de acordo com termo de referência	Und	4	R$ 19.415,00	R$ 77.660,00

24	Carossel Cadeirante, especificações de acordo com termo de referência	Und	4	R$ 13.400,00	R$ 53.600,00
25	Balanço Vai Vem Cadeirante, especificações de acordo com termo de referência	Und	4	R$ 15.259,00	R$ 61.036,00
26	Lixeira Basculante, especificações de acordo com termo de referência	Und	8	R$ 2.199,00	R$ 17.592,00
27	Assentos Públicos, especificações de acordo com termo de referência	Und	100	R$ 2.630,00	R$ 263.000,00
28	Mesa de Tenis de Mesa, especificações de acordo com termo de referência	Und	10	R$ 14.636,00	R$ 146.360,00
VALOR TOTAL					R$ 4.551.035,00

B - PROPOSTA-DETALHE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ Comissão Permanente de Licitação	PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2018 A Realizar-se em Processo:
PROPOSTA DETALHE	
A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 22/2018	CARIMBO DO CNPJ

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor Total
01	Bicicletário Público, especificações de acordo com termo de referência	Und	30			
02	Equipamento de Estimulação de Membros Superiores e Inferiores e Coluna Cervical - Módulo Triplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24			
03	Equipamento de Estimulação de Membros Inferiores e Quadril - Módulo Triplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24			
04	Equipamento de Fortalecimento de Membros Superiores e Inferiores - Módulo Quádruplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24			
05	Equipamento de Fortalecimento de Membros Inferiores - Módulo Quádruplo, especificações de acordo com termo de referência	Und	24			

06	Equipamento Multi Alongador, especificações de acordo com termo de referência	Und	24			
07	Equipamento Trave de Equilíbrio, especificações de acordo com termo de referência	Und	24			
08	Equipamento Quádruplo Exercitador para Pessoas com Deficiencia Usuários de Cadeira de Rodas, especificações de acordo com termo de referência	Und	5			
09	Totem Informativo, especificações de acordo com termo de referência	Und	54			
10	Totem Informativo Caderantes, especificações de acordo com termo de referência	Und	5			
11	Equipamento Work Out - Guia Paralelas e Step Balanciado, especificações de acordo com termo de referência	Und	14			
12	Equipamento Work Out - Guias de Extensão de Braços e Trave Suspensa Inclinada, especificações de acordo com termo de referência	Und	14			
13	Equipamento Work Out - Trave Superior e Leg Press, especificações de acordo com termo de referência	Und	14			
14	Equipamento Work Out - Roda Thai Chi e Cadeira Abdominal, especificações de acordo com termo de referência	Und	14			
15	Equipamento Work Out - Espaldar Vertical e Cordas de Escalada Vertical, especificações de acordo com termo de referência	Und	14			
16	Central Múltipla Ginástica + Bicicletário Público sem Cobertura Aço Inoxidável, especificações de acordo com termo de referência	Und	5			
17	Balanço Estaiado - Dois Assentos Juvenil - Faixa, especificações de acordo com termo de referência	Und	9			

18	Balanço Estaiado - Quatro Assentos Juvenil , especificações de acordo com termo de referência	Und	4			
19	Balanço Estaiado - Dois Assentos Infantil, especificações de acordo com termo de referência	Und	9			
20	Multi-Play Standart, especificações de acordo com termo de referência	Und	9			
21	Multi-Play Premium, especificações de acordo com termo de referência	Und	5			
22	Escalador Estaiado Standart, especificações de acordo com termo de referência	Und	9			
23	Escalador Estaiado Modelo Premium, especificações de acordo com termo de referência	Und	4			
24	Carossel Cadeirante, especificações de acordo com termo de referência	Und	4			
25	Balanço Vai Vem Cadeirante, especificações de acordo com termo de referência	Und	4			
26	Lixeira Basculante, especificações de acordo com termo de referência	Und	8			
27	Assentos Públicos, especificações de acordo com termo de referência	Und	100			
28	Mesa de Tenis de Mesa, especificações de acordo com termo de referência	Und	10			
VALOR TOTAL						

OBS: Deve ser colocado dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD contendo arquivo do Word e Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa. **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado, acarretando à ausência de tal informação a desclassificação da proposta.

OBS: No dia marcado para a realização do certame deve a empresa participante trazer a proposta impressa e em CD-RW.

OBS: Anexo a Proposta de Preços, apresentar proposta de preços, contendo planilha de quantitativos que expresse a composição de todos os custos unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano).

Em, ____ de _____ de 2018.

Nº de Inscrição Municipal ou Estadual	Firma Proponente (Assinatura)

ANEXO II - DECLARAÇÕES

A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Licitação na modalidade pregão nº ___/2018

A ..... (empresa licitante), inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal no 10,520, de 17 de julho de 2002, DECLARA que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade pregão referida em epígrafe.

Local, em _____ de _____ de _____

_____

(representante legal)

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário e COM FIRMA RECONHECIDA.
2 – Esta declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).

B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2018

CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local), de de 2018

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ

Ao Pregoeiro,

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida em ___/___/___ e CPF nº _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, no Pregão nº ____/2006, a ser realizada em ___/___/___, nessa Prefeitura, às ___ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.

Atenciosamente,

_____

Assinatura do representante legal - COM FIRMA RECONHECIDA

Observações:

1 – A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário.

2 – Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).

C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

_____

Assinatura do representante legal

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

D - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 27 DA LEI Nº 8.666/93

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (assinalar com "x", conforme o caso):

( ) não emprega menor de dezesseis anos.
( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

Local, em _____ de _____ de _____

_____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

E - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO ARTIGO 9º DA LEI Nº 8.666/93

A ..... (empresa licitante), inscrito no CNPJ n°....., bem como seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARAM não ser:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – no caso de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo;

III - no caso da empresa, isoladamente ou em consórcio, ser a autora do projeto, dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

IV - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Local, em _____ de _____ de _____

_____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

F - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU TODOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Local e data

_____

assinatura do representante legal

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

ANEXO III

A - Termo de Referência

1. Apresentação

Trata-se do Termo de Referência para fornecimento e instalação de equipamentos de exercícios físicos em espaços públicos pertencentes ao Município de Maricá / RJ.

2. Justificativa

Tendo como atribuição desenvolver atividades inerentes às suas competências, a Secretaria de Conservação inicia o presente procedimento para contratar pessoa jurídica para realizar o fornecimento e instalação de equipamentos de exercícios físicos em espaços públicos ao Município de Maricá.

Dá-se destaque à necessidade da presente contratação, pois objetiva melhorar a prestação dos serviços públicos municipais, oferecendo aos munícipes opções de lazer e aos portadores de necessidades especiais, modelos adaptados para a sua utilização, proporcionando maior qualidade de vida.

Para que alcancemos tal objetivo, devem-se considerar os seguintes aspectos:

a) Necessidades e anseios da população;
b) Contratação de empresa dotada de estrutura apropriada e compatível com os serviços em questão, utilizando material que não se deteriore facilmente, face à ação do tempo e as condições de instalação próxima às áreas sob a influência direta da maresia, e que não comprometam a segurança do usuário e da paisagem urbana; e
c) Dotar os equipamentos de elementos complementares que ofereçam conforto e bem estar ao usuário.

Em vista dos benefícios que podem ser obtidos, esta Secretaria opta pela realização de procedimento licitatório para a contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de **equipamentos de exercícios físicos em espaços públicos ao Município de Maricá.**

A contratada deverá executar os serviços fornecendo a mão de obra necessária, bem como todos os insumos e equipamentos de proteção de individual, responsabilizando-se por sua correta e adequada execução.

Em razão da necessidade da contratação, elege-se a Modalidade Licitatória Pregão como a mais adequada, bem como o Critério de Julgamento Menor Preço por Item, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, uma vez que os serviços contratados são de baixa complexidade técnica.

Cita-se, dentre outras características do Sistema de Registro de Preços, a possibilidade de não contratação dos preços registrados, facultando-se a Administração a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, conforme previsto pelo art. 15, do Decreto Municipal nº 135/2013.

3. Especificações Técnicas e Quantitativos

3.1. Matéria prima a ser utilizada na fabricação:

- Tubos de aço carbono, perfil redondo, quadrado ou retangular (conforme característica funcional do equipamento), diversos diâmetros e tamanhos, com espessura mínima 2,65 mm ou especificada, com processo de tratamento por galvanização eletrolítica e tubos, perfil redondo, quadrado ou retangular e aço inox 304 polido diversos diâmetros e tamanhos, com espessura mínima 2,65 mm, prever base estrutural com no mínimo tubo e perfis de 3” ou 75mm.
- Chapas de aço carbono (espessuras variadas), tratamento por galvanização eletrolítica e aço inox 304 polida (espessuras variadas).
- Estrutura do ponto de ônibus e do bicicletário em tubos de aço carbono, perfil redondo, quadrado ou retangular (conforme característica funcional do equipamento), diversos diâmetros e tamanhos, com espessura mínima 2,65 mm ou especificada, com processo de tratamento por galvanização à fogo (modelo em aço carbono) e aço inox 304 polido (modelo aço inoxidável), prever sistemas e subsistemas de encaixe com fixação por parafusos.
- Suportes e dispositivos cortados por plasma, jato d’água ou laser.
- Barra chata aço carbono (espessuras variadas), com processo de tratamento por galvanização eletrolítica e aço inox 304 polido;
- Barra redonda aço carbono (diâmetros variados), com processo de tratamento por galvanização eletrolítica e aço inox 304 polido;
- Vergalhão frisado (espessuras variadas), com processo de tratamento de galvanização eletrolítica;
- Sistema de articulações, rolamentos de alta velocidade blindado com eixos de aço carbono maciços com rebaixo de encaixe usinados (somente serão admitidos sistemas de articulação que não ofereçam atrito de materiais);
- Apoios circulares e planos para os pés, revestidos com chapa xadrez de alumínio anodizado, espessura mínima 2,00mm;
- Assoalhos, revestidos com chapa xadrez de alumínio anodizado, espessura mínima 2,00mm.
- Tampos de mesa e assentos, travessa de madeira plástica sustentável espessura 25mm;
- Corda suspensa vertical de polietileno revestida diâmetro 40mm;

- Encaixes em aço fundido maciço com acabamento superficial polido;
- Pranchas de apoio, roletes de amortecimento, apoio de braços e costas, produzidos em borracha sustentável com grânulos de borracha reciclada, sendo 70% látex reciclado de placas de solados e 30% de grânulos de pneu pigmentado, 60mm, na cor preto.
- Corrente para balanço em aço carbono galvanizado com tamanho mínimo de elo 3/8", prever fixação das articulações com sistema sem atrito de materiais.
- Argolas de apoio em aço fundido maciço com acabamento superficial polido;
- Escorregador Tobogã com 03 níveis, produzidos em plástico polietileno moldado com formato anatômico espessura mínima 5mm;
- Assento academia ao ar livre anatômico, encosto anatômico e peseiras de apoio, produzidos em plástico moldado, com garantia mínima de 5 anos;
- Assento de balanço com encosto anatômico para crianças de 01 a 05 anos, produzidos em plástico polietileno moldado espessura mínima 5mm;
- Assento de balanço de tira borracha vulcanizada com reforço de interno de trama de lona para crianças de 05 a 12 anos;
- Assento para ponto de ônibus, formato anatômico e arredondado sem arestas, produzidos em plástico moldado, com garantia mínima de 5 anos;
- Platores de apoio, produzidos em plástico polietileno moldado com escoamento por furações lacradas com espessura mínima 5mm;
- Tetos (ponto de ônibus e bicicletários) em chapa de alumínio anodizado espessura mínima de 1,00mm, prever sistema de encaixes modulares individuais com reforço mecânico sem soldas, formato com dobras de inclinação para escoamento, encaixe entre módulos com sistema de travamento com cumeeira superior com pintura eletrostática com adição de resina de poliéster e aplicação de verniz de resina de poliéster brilho. (não serão aceitos tetos de telhas perfiladas, telhas cerâmicas e policarbonatos alveolar e compacto)
- Adesivos (placa de logradouros, placa informativas) em impressão digital U.V com recorte eletrônico em película vinilica com gramatura mínima 480 grama.
- Caixas retro-iluminadas (placa de logradouro) com visor em policarbonato compacto com no mínimo 10mm, prever fecho por trava com segredo triangular
- Caixas retro-iluminadas de propaganda (ponto de ônibus) com visor em acrílico cristal com no mínimo 5mm, prever fecho por trava com segredo tetra.

- Iluminação dos equipamentos com de Lâmpada LED TUBULAR T8 - 850 lumens (mínimo) - Tensão 220V, Conexão Bipino G13, Temperatura de Cor branco frio 5000k (mínimo), Difusor incorporado à lâmpada, Potência 9W (mínimo), acionamento por célula fotoelétrica.
- E demais materiais para a montagem dos equipamentos, dentro da boa técnica.

3.2. Produção:

Processos de Soldagem:

- TIG semiautomático conforme indicação;
- Solda TIG – INOX
- Solda de penetração (fusão do material);
- Solda de cobertura (Proteção e para usinagem de acabamento);
- MIG/MAG semiautomático conforme indicação;
- Solda MIG/MAG
- Solda de penetração (fusão do material);
- Solda de cobertura (Proteção e para usinagem de acabamento);

Os rolamentos deverão ficar protegidos e com pontos específicos que permitam fácil lubrificação.

3.3. Revestimento:

- Tratamento primário das superfícies metálicas: Limpeza, aplicação de desengraxante e fosfatização;
- Tratamento das áreas soldadas: Limpeza da área com escova de aço rotativa e aplicação de primer eletrostático em duas demãos;
- Pintura de superfícies: Pintura eletrostática com adição de resina de poliéster e aplicação de verniz de resina de poliéster brilho, em cores variadas.

3.4. Quantitativo – Quadro de Quantitativo e Estimativo de Valores

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	BICICLETÁRIO PÚBLICO SEM COBERTURA (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 600X3800X350MM ESTRUTURA: TUBO REDONDO AÇO CARBONO GALVANIZADO DIAMETRO 4" ESP: 3,00MM; FLANGE DE FIXAÇÃO: CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADA ESP: 12,70MM; SUPORTE DE BICICLETAS: TUBO REDONDO AÇO CARBONO GALVANIZADO DIAMETRO 2" ESP: 3,00MM PROCESSO DE SOLDA: SOLDA MIG MAG	UND.	30

	REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTATICA C/POLIESTER.		
2	EQUIPAMENTO DE ESTIMULAÇÃO DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES E COLUNA CERVICAL - MÓDULO TRIPLO (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 1600X1580X1650MM ESTRUTURA: BASE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 2,65MM; HASTE DE ARTICULAÇÃO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,25MM, TRAVE DE PEGA - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,00MM; TRAVE DE APOIO INFERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 50X20MM ESPESSURA 1,50MM, PESEIRA DE APOIO - PLÁSTICO MOLDADO (ALTA RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES); EIXO DE ARTICULAÇÃO SUPERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1 1/2" SEÇÃO TORNEADA PARA 1"; EIXO DE ARTICULAÇÃO INFERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1" SEÇÃO TORNEADA PARA 5/8"; ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO SUPERIOR - RODIZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D’ÁGUA; ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO INFERIOR - RODIZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D’ÁGUA; PUNHOS - CANOPLA 200MM DE BORRACHA SINTÉTICA PARA DIÂMETRO INTERNO 1" / DIÂMETRO EXTERNO 1/1/4"; ESPERA DE ANCORAGEM - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,65MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: CARDIOVASCULAR / FLEXIBILIDADE / AERÓBICO / MÚSCULOS ESTIMULADOS / MEMBROS SUPERIORES / MEMBROS INFERIORES /COLUNA CERVICAL. MÚSCULOS ESTIMULADOS: MEMBROS SUPERIORES/ MEMBROS INFERIORES /COLUNA CERVICAL.	UND.	24
3	EQUIPAMENTO DE ESTIMULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES E QUADRIL - MÓDULO TRIPLO (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 1250X1580X940MM ESTRUTURA: BASE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 2,65MM; HASTE DE ARTICULAÇÃO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,25MM; PESEIRA DE APOIO - PLÁSTICO MOLDADO (ALTA RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES); EIXO DE ARTICULAÇÃO SUPERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1 1/2" SEÇÃO TORNEADA PARA 1"; ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO - RODIZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D’ÁGUA; ESPERA DE ANCORAGEM - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,65MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER. EXERCÍCIOS PROPOSTOS: CARDIOVASCULAR / COORDENAÇÃO MOTORA / FLEXIBILIDADE / AERÓBICO. MÚSCULOS ESTIMULADOS: MEMBROS INFERIORES / QUADRIL.	UND.	24
4	EQUIPAMENTO DE FORTALECIMENTO DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES - MÓDULO QUÁDRUPLO (MÓDULO FLEXOR DE PERNAS, MÓDULO EXTENSOR DE PERNAS, DESENVOLVIMENTO, SUPINO RETO SENTADO, SUPINO INCLINADO SENTADO, PUXADA ALTA) (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 1850X2300X2100MM ESTRUTURA: BASE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 2,65MM; TRAVE DE PEGA - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,00MM; TRAVE DE APOIO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 50X20 ESPESSURA 1,50MM; ASSENTO E ENCOSTO - PLÁSTICO MOLDADO (ALTA RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES); EIXO DE ARTICULAÇÃO SUPERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1 1/2" SEÇÃO	UND.	24

	TORNEADA PARA 1" ; EIXO DE ARTICULAÇÃO INFERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1" SEÇÃO TORNEADA PARA 5/8" ; ANILHA DE ESFORÇO - BARRA REDONDA MACIÇA DE 2“ ZINCADA; ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO SUPERIOR - RODIZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D’ÁGUA; ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO INFERIOR - RODIZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D’ÁGUA; PUNHOS - CANOPLA 100MM DE BORRACHA SINTÉTICA PARA DIÂMETRO INTERNO 1" / DIÂMETRO EXTERNO 1/1/4"; ESPERA DE ANCORAGEM - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,65MM; PROCESSO DE SOLDAGEM DOS SISTEMAS - SOLDA MIG; REVESTIMENTO - REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER; MÚSCULOS ESTIMULADOS: MEMBROS SUPERIORES / MEMBROS INFERIORES EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EXTENSÃO DE COTOVELOS / EXTENSÃO DE PERNAS / FLEXÃO DE PERNAS / PUXADA ALTA / ALONGAMENTO / DESENVOLVIMENTO. MÚSCULOS ESTIMULADOS: MEMBROS SUPERIORES / MEMBROS INFERIORES.		
5	EQUIPAMENTO DE FORTALECIMENTO DE MEMBROS INFERIORES - MÓDULO QUÁDRUPLO (MÓDULO ELÍPTICO E MÓDULO DE PRESSÃO DE PERNAS) (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 1.806 X 3.118 X 2.110 MM ESTRUTURA: BASE: TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 2,65MM, HASTE DE ARTICULAÇÃO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1 1/2” ESPESSURA 2,25MM, GUIA DA HASTE DE ARTICULAÇÃO - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/4"MM, EIXO CENTRAL - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/4"MM, ASSENTO E ENCOSTO - PLÁSTICO MOLDADO (ALTA RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES), ESTRUTURA ASSENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1” ESPESSURA 2,00MM, BATENTE TELESCÓPICO - TUBO GALVANIZADO 1 1/2" ESPESSURA 1,50MM, BARRA DE APOIO - TUBO GALVANIZADO 1 1/2" ESPESSURA 1,50MM E CHAPA XADREZ DE ALUMÍNIO ESPESSURA DE 2,00MM, EIXO DE ARTICULAÇÃO SUPERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1 1/2" SEÇÃO TORNEADA PARA 1", ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO - RODÍZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D’ÁGUA, ESPERA DE ANCORAGEM - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,65MM. PROCESSO DE SOLDAGEM DOS SISTEMAS: SOLDA MIG REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER. EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EXTENSÃO E ALONGAMENTO. MÚSCULOS ESTIMULADOS: MEMBROS INFERIORES / ABDÔMEN.	UND.	24
6	EQUIPAMENTO MULTI ALONGADOR (ALONGADOR DE BARRAS, PLATÔ RETO, PLATÔ INCLINADO E ROTAÇÃO VERTICAL/RODA NÁUTICA) (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 2400X1700X1050MM ESTRUTURA: BASE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 2,65MM, BARRAS HORIZONTAIS - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1 1/2” ESPESSURA 2,25MM, ESPERA DE ANCORAGEM - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,65MM, PLATÔS - CHAPA DE ALUMÍNIO RECALCADO XADREZ 2,72MM, RODA NÁUTICA - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1” ESPESSURA 2,25MM, ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO SUPERIOR - RODÍZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D’ÁGUA. PROCESSO DE SOLDAGEM DOS SISTEMAS: SOLDA MIG. REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER.	UND.	24

	EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EQUILÍBRIO / FLEXIBILIDADE / ALONGAMENTO / FORÇA. MÚSCULOS ESTIMULADOS: MEMBROS SUPERIORES / MEMBROS INFERIORES / QUADRIL / COSTAS.		
7	EQUIPAMENTO TRAVE DE EQUILÍBRIO (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 1250X3000X750MM ESTRUTURA: BASE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3,00MM ESPESSURA DE 2,65MM, TRAVE DE PEGA - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 2,00 MM, LONGARINA CENTRAL - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 100 X 50 MM ESPESSURA 2,00MM, SUPORTE DE APOIO - CHAPA AÇO-CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 1/8", ASSOALHO - CHAPA XADREZ ANTIDERRAPANTE DE ALUMÍNIO ANODIZADO 2,00MM, ESPERA DE ANCORAGEM - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 2,65MM. PROCESSO DE SOLDAGEM DOS SISTEMAS:- SOLDA MIG. REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER. EXERCÍCIOS PROPOSTOS: COORDENAÇÃO MOTORA / EQUILÍBRIO.	UND.	24
8	EQUIPAMENTO QUÁDRUPLO EXERCITADOR PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS – FORTALECIMENTO DE MEMBROS SUPERIORES, QUADRIL E COSTAS (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 2.242 X 2.804 X 3.237 MM EQUIPAMENTO ADAPTADO PARA UTILIZAÇÃO DE CADEIRANTES, COM 4 MÓDULOS DE EXERCÍCIO: SUPINO INCLINADO, SUPINO ALTO, PUXADA ALTA, SIMULADOR DE REMADA. ESTRUTURA: BASE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3" ESPESSURA 2,65MM, HASTE DE ARTICULAÇÃO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 2,00MM, TRAVE DE PEGA - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 2,00MM, TRAVE DE APOIO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 2,00MM, ASSENTO E ENCOSTO - PLÁSTICO MOLDADO (ALTA RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES), EIXO DE ARTICULAÇÃO SUPERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1 1/2" SEÇÃO TORNEADA PARA 1", EIXO DE ARTICULAÇÃO INFERIOR - BARRA REDONDA AÇO CARBONO 1" SEÇÃO TORNEADA PARA 5/8", ANILHA DE ESFORÇO - BARRA REDONDA MACIÇA DE 2" ZINCADA, ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO SUPERIOR - RODÍZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D'ÁGUA, ROLAMENTOS ARTICULAÇÃO INFERIOR - RODÍZIO DE ALTA VELOCIDADE AÇO TEMPERADO À PROVA D'ÁGUA, PUNHOS - CANOPLA 100MM DE BORRACHA SINTÉTICA DIÂMETRO 1 1/2", ESPERA DE ANCORAGEM - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 2,65MM. PROCESSO DE SOLDAGEM DOS SISTEMAS: SOLDA MIG. REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER. MÚSCULOS ESTIMULADOS: MEMBROS SUPERIORES / QUADRIL / COSTAS.	UND.	5
9	TOTEM INFORMATIVO (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 1.100X800X180 MM TOTEM INFORMATIVO COM A FINALIDADE - DE FORNECER EM PORTUGUÊS, A ORIENTAÇÃO BÁSICA DOS EXERCÍCIOS PROPOSTOS, INFORMAÇÕES DOS MÚSCULOS ESTIMULADOS/INDICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. ESTRUTURA: BASE - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADA ESPESSURA 2,65MM, CARENAGEM EXTERNA: CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADA ESPESSURA 1,50MM, ARRANQUES DE FIXAÇÃO: CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADA ESPESSURA 2,00MM, ADESIVOS (FRONTAL E POSTERIOR) EM VINIL IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS U.V. PROCESSO DE SOLDAGEM DOS SISTEMAS: SOLDA MIG.	UND.	54

	REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER.		
10	TOTEM INFORMATIVO CADEIRANTES (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 1.100X800X180 MM TOTEM INFORMATIVO COM A FINALIDADE - DE FORNECER EM PORTUGUÊS, A ORIENTAÇÃO BÁSICA DOS EXERCÍCIOS PROPOSTOS, INFORMAÇÕES DOS MÚSCULOS ESTIMULADOS/INDICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. ESTRUTURA: BASE - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADA ESPESSURA 2,65MM, CARENAGEM EXTERNA: CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADA ESPESSURA 1,50MM, ARRANQUES DE FIXAÇÃO: CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADA ESPESSURA 2,00MM, ADESIVOS (FRONTAL E POSTERIOR) EM VINIL IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS U.V. PROCESSO DE SOLDAGEM DOS SISTEMAS: SOLDA MIG. REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA COM POLIÉSTER.	UND.	5
11	EQUIPAMENTO WORK OUT – GUIA PARALELAS E STEP BALANCIADO (ALTURA) 1,50 METROS X (LARGURA) 4,80 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,15 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; BARRAS PARALELAS - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; ENCAIXES DE CONEXÃO - AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO; TRAVE DE APOIO HORIZONTAL - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; SUPORTE DO STEP - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; FLANGE CIRCULAR DO SUPORTE DO STEP - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; TAMPA SUPERIOR DO STEP - PLACA DE E.V.A DE ALTA DENSIDADE ESPESSURA 40MM; PLACA INFORMATIVA DOS EXERCÍCIOS - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM + CHAPA DE ALUMÍNIO 1,50MM COM IMPRESSÃO U.V + LAMINA DE PETG 0,50MM CRISTAL; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 13 À 70 ANOS;	UND.	14
12	EQUIPAMENTO WORK OUT – GUIAS DE EXTENSÃO DE BRAÇOS E TRAVE SUSPENSA INCLINADA (ALTURA) 2,40 METROS X (LARGURA) 4,60 METROS X (PROFUNDIDADE) 2,54 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; BARRAS DE FLEXÃO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; ENCAIXES DE CONEXÃO AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO; TRAVE DE APOIO HORIZONTAL - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; PLACA INFORMATIVA DOS EXERCÍCIOS - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM + CHAPA DE ALUMÍNIO 1,50MM COM IMPRESSÃO U.V + LAMINA DE PETG 0,50MM CRISTAL; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER;	UND.	14

	FAIXA ETÁRIA: 13 ANOS E 70 ANOS;		
13	EQUIPAMENTO WORK OUT – TRAVE SUPERIOR E LEG PRESS (ALTURA) 2,20 METROS X (LARGURA) 2,74 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,05 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; BARRA FIXA SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; ENCAIXES DE CONEXÃO AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO; TRAVE DE APOIO PRANCHA ABDOMINAL - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; SUPORTE DE APOIO PRANCHA ABDOMINAL - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; PRANCHA DE ABDOMINAL - PRODUZIDOS EM BORRACHA SUSTENTÁVEL COM GRÂNULOS DE BORRACHA RECICLADA, SENDO 70% LÁTEX RECICLADO DE PLACAS DE SOLADOS E 30% DE GRÂNULOS DE PNEU PIGMENTADO ESPESSURA 60MM, NA COR PRETO; SUPORTE DE ENCAIXE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; PLACA INFORMATIVA DOS EXERCÍCIOS - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM + CHAPA DE ALUMÍNIO 1,50MM COM IMPRESSÃO U.V + LAMINA DE PETG 0,50MM CRISTAL; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 13 ANOS E 70 ANOS;	UND.	14
14	EQUIPAMENTO WORK OUT – RODA THAI CHI E CADEIRA ABDOMINAL (ALTURA) 1,70 METROS X (LARGURA) 0,75 METROS X (PROFUNDIDADE) 0,70 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; BARRA FIXA SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; ENCAIXES DE CONEXÃO AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO; BRAÇO DE APOIO DOS MEMBROS SUPERIORES - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; ½”; REFORÇO BRAÇO DE APOIO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; PEGA DO BRAÇO DE APOIO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,25MM; SUPORTE DO ENCOSTO DA CADEIRA DE ABDOMINAL - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; APOIO DO BRAÇOS E COSTA DA CADEIRA ABDOMINAL – 300X170MM PRODUZIDOS EM BORRACHA SUSTENTÁVEL COM GRÂNULOS DE BORRACHA RECICLADA, SENDO 70% LÁTEX RECICLADO DE PLACAS DE SOLADOS E 30% DE GRÂNULOS DE PNEU PIGMENTADO ESPESSURA 60MM, NA COR PRETO.; RODA THAI CHI - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1” ESPESSURA 2,65MM; SUPORTE DE ARTICULAÇÃO RODA THAI CHI – CAMISA USINADAS DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 1 ½” ESPESSURA 3,65MM; EIXO DE ARTICULAÇÃO RODA THAI CHI – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 3/8” USINADA; PEGAS RODA THAI CHI – MANOPLA CIRCULAR EM POLÍMERO INJETADO MACIÇO COM REBAIXO DE ALIVIO; PLACA INFORMATIVA DOS EXERCÍCIOS - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM + CHAPA DE ALUMÍNIO 1,50MM COM IMPRESSÃO U.V + LAMINA DE PETG 0,50MM CRISTAL; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG;	UND.	14

	REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 13 ANOS E 70 ANOS;		
15	EQUIPAMENTO WORK OUT – ESPALDAR VERTICAL E CORDAS DE ESCALADA VERTICAL (ALTURA) 3,00 METROS X (LARGURA) 1,78 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,18 METROS ESTRUTURA: MASTROS - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4" ESPESSURA 3,65MM; LONGARINA SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4" ESPESSURA 3,65MM; ESPALDAR VERTICAL - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½"; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼"; ENCAIXES DE CONEXÃO - AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO; ENCAIXE DA ARTICULAÇÃO DAS CORDAS SUSPENSAS – MANILHA DE AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO DE ARTICULAÇÃO; CORDAS SUSPENSAS – CORDA DE POLIETILENO REVESTIDA DIÂMETRO 40MM; PLACA INFORMATIVA DOS EXERCÍCIOS - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM + CHAPA DE ALUMÍNIO 1,50MM COM IMPRESSÃO U.V + LAMINA DE PETG 0,50MM CRISTAL; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 13 ANOS E 70 ANOS;	UND.	14
16	CENTRAL MÚLTIPLA GINÁSTICA + BICICLETÁRIO PÚBLICO SEM COBERTURA AÇO INOXIDÁVEL ESTRUTURA: BASE - TUBO AÇO INOX 304 4" ESPESSURA 3,65MM; PEGAS E APOIOS - TUBO AÇO INOX 304 1 1/2" ESPESSURA 2,65MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO AÇO INOX 304 ESPESSURA ½"; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO INOX 304 ESPESSURA ¼"; ENCAIXES DE CONEXÃO - AÇO INOX 304 COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO; ; BRAÇO DE APOIO DOS MEMBROS SUPERIORES - TUBO AÇO INOX 304 2" ESPESSURA 3,25MM; ½"; REFORÇO BRAÇO DE APOIO – CHAPA AÇO INOX 304 ESPESSURA ¼"; PEGA DO BRAÇO DE APOIO - TUBO AÇO INOX 304 2" ESPESSURA 3,25MM; SUPORTE DO ENCOSTO DA CADEIRA DE ABDOMINAL - CHAPA AÇO INOX 304 ESPESSURA ¼"; APOIO DO BRAÇOS E COSTA DA CADEIRA ABDOMINAL - PLACA DE E.V.A DE ALTA DENSIDADE ESPESSURA 40MM; PLACA INFORMATIVA DOS EXERCÍCIOS - CHAPA AÇO INOX 304 ESPESSURA 2,00MM + CHAPA DE ALUMÍNIO 1,50MM COM IMPRESSÃO U.V + LAMINA DE PETG 0,50MM CRISTAL; BICICLETÁRIO PÚBLICO SEM COBERTURA AÇO INOXIDÁVEL - (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) 600X3800X350MM - ESTRUTURA: TUBO REDONDO AÇO INOX 304 POLIDO DIAMETRO 4" ESP: 3,00MM; FLANGE DE FIXAÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 POLIDO DIAMETRO 4ESP: 12,70MM; SUPORTE DE BICICLETAS: TUBO REDONDO AÇO INOX 304 POLIDO DIAMETRO 2" ESP: 3,00MM PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA TIG FAIXA ETÁRIA: 13 ANOS E 70 ANOS;	UND.	5

17	BALANÇO ESTAIADO - DOIS ASSENTOS JUVENIL - FAIXA ETARIA – 06 À 12 ANOS (ALTURA) 4,00 METROS X (LARGURA) 3,80 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,85 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; TIRANTES – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; SUPORTE DE TIRANTES - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/16”; SUPORTE DE ARTICULAÇÃO – CAMISA USINADAS DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 1 ½” ESPESSURA 3,65MM; EIXO DE ARTICULAÇÃO – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 3/8” USINADA; ENCAIXE DA ARTICULAÇÃO – MANILHA DE AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO DE ARTICULAÇÃO; ROLAMENTOS DE ARTICULAÇÃO - ROLAMENTOS DE ALTA VELOCIDADE BLINDADO; CORRENTE DE LIGAÇÃO – CORRENTE DE AÇO CARBONO GALVANIZADO COM TAMANHO MÍNIMO DE ELO 3/8”; ASSENTOS DOS BALANÇO - TIRA BORRACHA VULCANIZADA COM REFORÇO DE INTERNO DE TRAMA DE LONA; ENCAIXE LATERAL DO ASSENTO - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM. PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 6 À 12 ANOS;	UND.	9
18	BALANÇO ESTAIADO – QUATRO ASSENTOS JUVENIL - FAIXA ETARIA – 06 À 12 ANOS (ALTURA) 4,00 METROS X (LARGURA) 7,70 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,85 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; TIRANTES – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; SUPORTE DE TIRANTES - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/16”; SUPORTE DE ARTICULAÇÃO – CAMISA USINADAS DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 1 ½” ESPESSURA 3,65MM; EIXO DE ARTICULAÇÃO – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 3/8” USINADA; ENCAIXE DA ARTICULAÇÃO – MANILHA DE AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO DE ARTICULAÇÃO; ROLAMENTOS DE ARTICULAÇÃO - ROLAMENTOS DE ALTA VELOCIDADE BLINDADO; CORRENTE DE LIGAÇÃO – CORRENTE DE AÇO CARBONO GALVANIZADO COM TAMANHO MÍNIMO DE ELO 3/8”, ASSENTOS DOS BALANÇO - TIRA BORRACHA VULCANIZADA COM REFORÇO DE INTERNO DE TRAMA DE LONA; ENCAIXE LATERAL DO ASSENTO - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM. PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 6 À 12 ANOS;	UND.	4

19	BALANÇO ESTAIADO - DOIS ASSENTOS INFANTIL - FAIXA ETARIA – 01 À 05 ANOS (ALTURA) 4,00 METROS X (LARGURA) 3,80 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,85 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; TIRANTES – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; SUPORTE DE TIRANTES - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/16”; SUPORTE DE ARTICULAÇÃO – CAMISA USINADAS DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 1 ½” ESPESSURA 3,65MM; EIXO DE ARTICULAÇÃO – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 3/8” USINADA; ENCAIXE DA ARTICULAÇÃO – MANILHA DE AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO DE ARTICULAÇÃO; ROLAMENTOS DE ARTICULAÇÃO - ROLAMENTOS DE ALTA VELOCIDADE BLINDADO; CORRENTE DE LIGAÇÃO – CORRENTE DE AÇO CARBONO GALVANIZADO COM TAMANHO MÍNIMO DE ELO 3/8”, ASSENTOS - ASSENTO DE BALANÇO COM ENCOSTO ANATÔMICO PARA CRIANÇAS DE 01 A 05 ANOS, PRODUZIDO EM PLÁSTICO MOLDADO ESPESSURA 5MM PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 1 À 5 ANOS.	UND.	9
20	MULTI-PLAY STANDART - (ESCORREGADOR, ESCALADOR HIPERBOLICO, ESCALADOR WAVE, ESCALADOR SUSPENSO, ESCALADOR DIAGONAL) (ALTURA) 4,00 METROS X (LARGURA) 4,75 METROS X (PROFUNDIDADE) 3,15 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; TIRANTES – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; SUPORTE DE TIRANTES - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/16”; PLATORES – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM; SUPORTES DE PLATORES – CANTONEIRA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” X ¼”; ESCALADOR HIPERBOLICO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; ESCALADOR WAVE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; ESCALADOR SUSPENSO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM + TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1 1/2” ESPESSURA 2,65MM; ESCALADOR DIAGONAL - PRODUZIDO EM PLÁSTICO MOLDADO ESPESSURA 5MM; ESCORREGADOR - PRODUZIDO EM PLÁSTICO MOLDADO ESPESSURA 5MM; GUARDA CORPO ESCORREGADOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM + TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1 ½” ESPESSURA 2,65MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 1 À 5 ANOS E 6 À 12 ANOS;	UND.	9

21	MULTI-PLAY PREMIUM - (ESCORREGADOR, ESCALADOR HIPERBOLICO, ESCALADOR LOOP, ESCALADOR WAVE, ESCALADOR SUSPENSO, ESCALADOR DIAGONAL, TRAVE DE ARGOLAS) (ALTURA) 4,0 METROS X (LARGURA) 4,75 METROS X (PROFUNDIDADE) 3,15 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4" ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3" ESPESSURA 3,25MM CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3" ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½"; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼"; TIRANTES – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½"; SUPORTE DE TIRANTES - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/16"; PLATORES – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM; SUPORTES DE PLATORES – CANTONEIRA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" X ¼"; ESCALADOR HIPERBOLICO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 3,00MM; ESCALADOR LOOP - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 3,00MM; ESCALADOR WAVE - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 3,00MM; ESCALADOR SUSPENSO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 3,00MM + TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1 1/2" ESPESSURA 2,65MM; ESCALADOR DIAGONAL - PRODUZIDO EM PLÁSTICO MOLDADO ESPESSURA 5MM; TRAVE DE ARGOLAS - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 3,00MM; ARGOLAS DE APOIO – ARGOLA DE AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO DE ARTICULAÇÃO; ESCORREGADOR - PRODUZIDO EM PLÁSTICO MOLDADO ESPESSURA 5MM; GUARDA CORPO ESCORREGADOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 3,00MM + TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 1 ½" ESPESSURA 2,65MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 1 À 5 ANOS E 6 À 12 ANOS;	UND.	5
22	ESCALADOR ESTAIADO STANDART (ALTURA) 4,0 METROS X (LARGURA) 2,8 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,85 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4" ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3" ESPESSURA 3,25MM; CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3" ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½"; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼"; TIRANTES – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½"; SUPORTE DE TIRANTES - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/16"; ARGOLAS DE APOIO – ARGOLA DE AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO DE ARTICULAÇÃO; ESCALADOR TUBULAR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2" ESPESSURA 2,65MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 1 À 5 ANOS E 6 À 12 ANOS;	UND.	9

23	ESCALADOR ESTAIADO MODELO PREMIUM (ALTURA) 4,0 METROS X (LARGURA) 5,1 METROS X (PROFUNDIDADE) 1,85 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 4” ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; CONTRAVENTO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; TIRANTES – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; SUPORTE DE TIRANTES - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 3/16”; ARGOLAS DE APOIO – ARGOLA DE AÇO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO COM REBAIXO PARA ENTRADA DE EIXO DE ARTICULAÇÃO; ESCALADOR TUBULAR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 2,65MM; ESCALADOR LATERAL - PRODUZIDO EM PLÁSTICO MOLDADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 1 À 5 ANOS E 6 À 12 ANOS;	UND.	4
24	CAROSSEL CADEIRANTE (ALTURA) 1,20 METROS X (LARGURA) 2,40 METROS X (PROFUNDIDADE) 2,40 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 6” ESPESSURA 3,65MM; PIVOT INTERNO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 5” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; SISTEMA DE ROTAÇÃO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 5” ESPESSURA 3,25MM + CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; MOLDURA PLATOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 50X30MM ESPESSURA 3,00MM; ESTRUTURA ASSENTO PLATOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; ASSENTO PLATOR - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,MM; GUARDA CORPO PLATOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; ASSOALHO PLATOR - CHAPA RECALCADA XADREZ DE ALUMÍNIO ANODIZADO, ESPESSURA 2,00MM. PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 1 À 5 ANOS E 6 À 12 ANOS;	UND.	4
25	BALANÇO VAI VEM CADEIRANTE (ALTURA) 2,35 METROS X (LARGURA) 3,85 METROS X (PROFUNDIDADE) 2,65 METROS ESTRUTURA: ESTRUTURA LATERAL - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,65MM; TRAVE SUPERIOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 3” ESPESSURA 3,25MM; FLANGES DE FIXAÇÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ½”; FLANGES DE CONEXÃO – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA ¼”; HASTES DE ARTICULAÇÃO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; SUPORTE DE ARTICULAÇÃO – CAMISA USINADAS DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 2 ½” ESPESSURA 3,65MM; EIXO DE ARTICULAÇÃO – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 3/8” USINADA; MOLDURA PLATOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 50X30MM ESPESSURA 3,00MM; ESTRUTURA ASSENTO PLATOR- TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; ASSENTO PLATOR - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,MM; GUARDA	UND.	8

	CORPO PLATOR - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; ASSOALHO PLATOR - CHAPA RECALCADA XADREZ DE ALUMÍNIO ANODIZADO, ESPESSURA 3,00MM PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER; FAIXA ETÁRIA: 1 À 5 ANOS E 6 À 12 ANOS;		
26	LIXEIRA BASCULANTE (ALTURA) 1,5 METROS X (LARGURA) 0,5 METROS X (PROFUNDIDADE) 0,5 METROS ESTRUTURA: MASTRO - TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 2” ESPESSURA 3,00MM; COLETOR – CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 2,00MM; EIXO DE ARTICULAÇÃO – BARRA MACIÇA DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 3/8” USINADA; SUPORTE DE ARTICULAÇÃO – CAMISA USINADAS DE AÇO CARBONO GALVANIZADA DIÂMETRO 1 ½” ESPESSURA 3,65MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER;	UND.	100
27	ASSENTOS PÚBLICO (ALTURA) 0,50 METROS X (LARGURA) 1,50 METROS X (PROFUNDIDADE) 0,50 METROS ESTRUTURA: ESTRUTURA BASE - CHAPA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESPESSURA 1/4”; PRANCHA DO ASSENTO – TRAVESSA DE MADEIRA PLÁSTICA SUSTENTÁVEL FORMATO 100X50MM ESPESSURA 25MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG; REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA C/ POLIÉSTER;	UND.	100
28	MESA DE TENIS DE MESA (ALT.) 0,89 METROS X (LARG.) 1,50 METROS X (PROF.) 1,20 METROS ESTRUTURA: TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO DIAM. 3” ESP: 2,65MM; MOLDURA: TUBO RETANGULAR AÇO CARBONO GALVANIZADO 50X20MM ESP: 2,65MM; TAMPO: CHAPA PERFURADA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESP: 2,00MM; REDE DIVISORIA: CHAPA PERFURADA AÇO CARBONO GALVANIZADO ESP: 2,00MM; PROCESSO DE SOLDA: SOLDA MIG MAG REVESTIMENTO: REVESTIMENTO COM TINTA ELETROSTATICA C/POLIESTER.	UND.	10

- Admite-se uma tolerância nas medidas apresentadas de 0,5 mm para mais ou para menos, exceto nas espessuras.

4. Valor estimado da contratação

O valor estimado para o fornecimento de equipamentos e serviços supracitados será apresentado em Planilha anexada posteriormente. O valor previsto em orçamento considera a totalidade dos custos e despesas do objeto do presente Termo de Referência e todas as despesas com mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do seu objeto. Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será

considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela CONTRATADA em relação ao presente instrumento.

- Os preços deverão compreender o fornecimento e a instalação dos equipamentos nas áreas públicas indicadas pela Prefeitura de Maricá, contemplando também inspeção e preparo do local. A contratada deverá se responsabilizar por eventuais interferências de qualquer natureza, não perceptíveis ou só detectadas com o desenrolar dos serviços;
- Os componentes para os quais haja norma técnica específica deverão obrigatoriamente fazer parte da composição do equipamento;

5. Condições de fornecimento

- O prazo de entrega do material será de 15 (quinze) dias corridos a partir da ordem de serviço da contratante.
- Os equipamentos deverão ser embalados adequadamente antes de serem estocados, armazenados ou transportados.
- Caso não seja o fabricante do material, o licitante deverá informar o fabricante do mesmo. Poderá ser solicitado o fornecimento de uma amostra do mesmo ainda no processo licitatório para verificação da conformidade com as especificações mínimas;
- Todos os materiais empregados deverão atender às boas técnicas de fabricação e qualidade para bom desempenho e durabilidade, ser novos, e ainda não deverão apresentar vícios de fabricação, falhas ou imperfeições. Não serão aceitos materiais, equipamentos ou trabalhos que não satisfaçam às condições constantes no presente termo ou às normas técnicas em vigor aplicáveis, podendo a FISCALIZAÇÃO rejeitar no todo ou em parte os serviços considerados fora dos padrões técnicos requeridos.
- Para a instalação e fabricação dos equipamentos deverá ser dada especial atenção à norma ABNT NBR 9.050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, com atenção especial ao item 10.
- Os locais de trabalho deverão ser sinalizados adequadamente de modo a evitar acidentes, preservando a população que frequenta o espaço público durante os serviços de instalação.
- A licitante ficará obrigada a refazer no todo ou em parte, imediatamente, os trabalhos e/ou substituir equipamentos rejeitados pela fiscalização, ficando por sua conta exclusiva, as despesas adicionais decorrentes;

- Correrá por conta da Licitante todas as instalações provisórias indispensáveis a perfeita execução dos serviços, resguardados sempre os princípios de segurança e de boa técnica de execução;
- A Licitante deverá providenciar, logo no início dos trabalhos, todos os projetos técnicos necessários à execução dos serviços;
- Competirá à Licitante fornecer todo o ferramental, maquinaria e demais aparelhos adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados;
- A vigilância dos equipamentos, até a entrega dos mesmos devidamente instalados, ficará a cargo da Licitante, ficando esta responsável por qualquer dano causado aos aparelhos ou a terceiros no decorrer da instalação;
- Os empregados deverão permanecer uniformizados, calçados e portando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequados à atividade desenvolvida;
- Todas as normas de saúde e segurança do trabalho constantes da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho que se relacionem aos serviços a serem executados, deverão ser cumpridas integralmente sob a orientação e controle permanente da Licitante;
- Caberá à Licitante o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) junto ao CREA ou CAU, referente aos serviços técnicos de instalação e fabricação dos equipamentos objeto do presente Termo de Referência. Os aspectos técnicos envolvidos na fabricação e instalação dos equipamentos a que se refere o presente Termo de Referência que demandem a necessidade de responsáveis técnicos deverão ser relativos à garantia de que os produtos entregues atenderão às especificações e às normas técnicas ora indicadas;
- No início da instalação dos Equipamentos a Licitante deverá providenciar a abertura do CEI – Cadastro Específico do INSS relativo ao serviço se houver, assim como entregar cópias das guias de recolhimento devidamente quitadas à FISCALIZAÇÃO;
- Deverá haver o cumprimento do cronograma a ser pré-estabelecido antes do inicio das instalações;
- O recebimento provisório e definitivo dos equipamentos instalados será realizado por profissionais da Prefeitura de Maricá, especialmente designados para este fim. A estes ficam reservados os direitos e a autoridade de solucionarem e decidirem quaisquer casos de dúvida que surjam e que fujam à rotina, ou não tenham sido previstos no Contrato. Os

equipamentos somente serão considerados aceitos mediante aprovação formal da fiscalização.

- O prazo para recebimento provisório será de 5 (cinco) dias úteis;
- O prazo de recebimento definitivo será de 10 (dez) duas úteis;
- O aceite/aprovação dos equipamentos pela contratante não exclui a responsabilidade civil da Licitante por vícios de quantidade ou qualidade dos materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nas Especificações Técnicas constantes do Quadro de Quantitativo e Estimativo de Valores, verificados posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- Os materiais/serviços que apresentarem defeitos ou vícios deverão ser substituídos ou refeitos no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- A Fiscalização não terá qualquer responsabilidade sobre atos executados pela empresa fornecedora que não tenham sido estabelecidos no Contrato, no Termo de Referência ou por esta solicitados. A empresa fornecedora será responsável por todas as consequências decorrentes de má conduta, imperícia ou imprudência de sua equipe no fornecimento do material, bem como por todo e qualquer dano causado à propriedade de terceiros ou do Município, pelos encargos previstos em lei e por dano ou morte de qualquer pessoa em decorrência da execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, respondendo por si e por seus sucessores, independentemente da contratação de seguros para essa finalidade.

6. Controle de Qualidade:

- Durante a fase de Licitação deverão ser apresentados os seguintes laudos técnicos:
- Por se tratarem de mobiliários urbanos, exige-se a apresentação de laudo técnico elaborado por perito da área de saúde ocupacional ou engenharia de segurança do trabalho atestando que os equipamentos cotados pelos licitantes atendem à norma NR-17 (Ergonomia) do Ministério do Trabalho;
- Laudo de teste de névoa salina, elaborado por laboratório(s) acreditado(s) pelo INMETRO, referente à oxidação e corrosão da amostra, conforme norma ASTM-B 117 e Norma ABNT NBR-8094, submetida a um período mínimo de até 600 horas de exposição;

- Laudo de espessura de camada de tinta, elaborado por laboratório(s) acreditado(s) pelo INMETRO, atestando uma espessura mínima de 0,16 mm, conforme norma ABNT NBR 10.443;
- Laudo de ensaio de corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada por um período de 600 horas, conforme ABNT NBR 8.095, por laboratório(s) acreditado(s) pelo INMETRO;

7. Qualificação Técnica:

- Para fins de qualificação técnico-operacional, com fundamento no art. 30, da Lei nº 8.666/1993, as licitantes deverão apresentar:

i. Atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devidamente registrados no CREA/CAU.A licitante deverá apresentar o catálogo ilustrativo, original, próprio do fabricante, em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, com ilustrações/fotos do equipamentos, desenho industrial com indicações técnicas, descrição expandida do equipamento e todas as informações necessárias (marca, código, modelo, etc.) para avaliar se o equipamento proposto atende a todos os requisitos descritos no Termo de Referencia.

Os atestados citados acima devem estar em nome do responsável técnico, na forma da Resolução 1025/CONFEA.

Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 90, 101 e 102, da Lei Federal nº 8.666/93.

8. Das amostras:

- A licitante classificada em primeiro lugar e os dois primeiros classificados, deverão

apresentar, sem ônus a Secretaria de Conservação, amostra dos itens oferecidos a equipe da comissão de análise, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), para verificação do material. No caso de impossibilidade de logística de apresentar a amostra no local da licitação, poderá a comissão vistoriá-los, no mesmo prazo, em local indicado pela adjudicatária, correndo as expensas desta todas as despesas com o deslocamento da equipe inspecionante.

- A amostra será analisada por responsável indicado pela Secretaria de Conservação, que emitirá parecer aprovando ou reprovando o material apresentado.
- Caso a amostra seja aprovada, a licitante, desde que preenchidos os requisitos de habilitação, será consagrada vencedora.
- No caso da amostra apresentada ser reprovada, a licitante será desclassificada, com a consequente convocação do próximo licitante na ordem de classificação.
- Caso não seja aceito o material entregue para análise, as licitantes classificadas em segundo lugar, e assim sucessivamente, serão chamadas a apresentar as amostras até que seja classificada a licitante cuja amostra atenda às exigências do Edital. As amostras não farão parte do quantitativo a ser entregue após a contratação.
- A amostra reprovada ficará à disposição do licitante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação de reprovação do produto, sem quaisquer ônus ao Município.
- Os prazos estabelecidos são improrrogáveis, não sendo aceitos pedidos de prorrogação de prazo para apresentação de amostra.

7. Locais de instalação:

- Os equipamentos serão instalados na área de abrangência do Município de Maricá. O local de instalação será definido pela contratante através da ordem de serviço.

8. Reajuste de preços

- Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 meses, a contar da data da elaboração das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, sendo aplicável a hipótese do IGP-M.

9. Modalidade de Licitação

- Considerando as disposições da Lei nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 135/2013, Decreto Municipal 47/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas

alterações, o presente processo licitatório adotará o procedimento especial de Registro de Preços, na modalidade Pregão de licitação.

- O critério de julgamento será Menor Preço por Item.
- Pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos itens cotados até R$ 80.000,00 (oitenta mil), objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo À inovação tecnológica. Os itens cotados acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil), não terão percentual destinado para a participação de ME e/ou EPP's por não ser eficaz para o serviço a ser contratado.
- Fica vedada a subcontratação, devendo assim a contratada atuar em todas as fases do objeto contratado.
- Define-se como órgão participante do Sistema de Registro de Preços a Secretaria de Conservação.
- Fica reservado o percentual de 100% (cem por cento) do quantitativo total registrado, em favor de órgãos não participantes, desde que o Órgão Gerenciador admita adesões.
- Em observância ao Decreto Regulamentador do Sistema de Registros de Preços do Município de Maricá, a quantidade mínima a ser cotada e contratada será de 20% (vinte) por cento.

10. Garantia

- Os equipamentos deverão possuir garantia/manutenção mínima de 1 (um) ano após instalados, estando inclusas todas as despesas com frete, peças e mão de obra de fabricação e instalação. A Licitante poderá oferecer, às suas expensas, garantia por prazo maior, acompanhado de manutenção.
- Obs.: Atos de vandalismo que acometam o equipamento serão objeto de avaliação da fiscalização em conjunto com a contratada.

11. Da forma de Pagamento

Realizar-se-á o pagamento dos valores referentes à realização do contrato por meio de processo específico nos moldes do Capítulo IX, do Decreto Municipal nº 47, de 14 de maio de 2013, observando-se os arts. 60 e 62, da Lei nº 8.666/1993 e no que dispuser a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O pagamento será efetuado de forma parcelada, mês a mês, de acordo com o quantitativo executado pela Contratada, após confirmada a medição dos serviços pela Comissão de Fiscalização, nos

moldes do Decreto Municipal nº 47/2013, mediante vistorias e medições dos serviços realizados, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63, da Lei nº 4.320/64, obedecido o disposto no art. 71, da Lei nº 8.666/93.

A nota a ser atestada pela Secretaria de Conservação, órgão fiscalizador dos serviços contratados, deverá conter a descrição quantitativa de todos os serviços executados no mês.

Parágrafo primeiro. A Nota Fiscal relativa à cobrança deverá ser atestada pela Secretaria de Transportes, Órgão Fiscalizador, conterá a descrição quantitativa de todos os serviços executados no mês, devendo ser emitida contra a Prefeitura da Cidade de Maricá, CNPJ nº 29.131.075/0001-93, sita à Rua Álvares de Castro, nº 346, Centro, sendo acompanhadas por comprovante de recolhimento dos impostos, taxas e encargos pertinentes.

Parágrafo segundo. Verificados erros no documento de cobrança, ensejarão a devolução do mesmo, sendo que o prazo previsto no caput desta cláusula será contado a partir da nova apresentação.

As medições serão efetuadas mediante conferência dos quantitativos efetivamente entregues e constantes na nota fiscal pela Comissão Fiscalizadora, por meio de atesto no verso da nota fiscal.

12. Obrigações da Contratada

Na execução do contrato, a contratada ficará responsável por:

a) Declarar, no ato de assinatura do contrato, que dispõem dos profissionais necessários à prestação dos serviços, com qualificação compatível, bem como registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, quando couber;
b) Todos os serviços prestados terão que ser executados no prazo estabelecido pela Contratante, nas discrições pré-estabelecidas e em perfeito estado de conservação e uso;
c) Apresentar os comprovantes de recolhimentos dos impostos, taxas e contribuições resultantes da execução do objeto licitado e contratado, nos termos do art. 31, da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quando da apresentação de cada boleto de cobrança correspondente;
d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
e) Responsabilizar-se, pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;
f) Cumprir as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução dos serviços;
g) Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após notificação da Secretaria Responsável;

h) A contratada deverá dispor de funcionários especializados e veículos e equipamentos de segurança em quantidade suficiente. Os funcionários deverão estar uniformizados de maneira a serem bem visualizados no período de trabalho;

i) Reconhecer, por este instrumento, que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à Prefeitura da Cidade de Maricá - RJ, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a Prefeitura, ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

j) Apresentação de Laudo Técnico de Ergonomia e Biomecânica dos equipamentos, fornecidos em papel timbrado da licitante. Deverão estar datado, carimbados e assinados pelos responsáveis legais das pessoas jurídicas e pelo responsável técnico com o reconhecimento das assinaturas em cartório.

k) A licitante deverá apresentar o catálogo ilustrativo, original, próprio do fabricante, em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, com ilustrações/fotos do equipamentos, desenho industrial com indicações técnicas, descrição expandida do equipamento e todas as informações necessárias (marca, código, modelo, etc.) para avaliar se o equipamento proposto atende a todos os requisitos descritos no Termo de Referencia – Anexo I.

l) Declaração formal da licitante indicando a localização das instalações dedicadas ao desempenho de sua atividade, acompanhada de cópia do respectivo Alvará de Funcionamento, na forma do Anexo XI, quando for o caso.

m) Laudo de teste de névoa salina, elaborado por laboratório(s) acreditado(s) pelo INMETRO, referente à oxidação e corrosão da amostra, conforme norma ASTM-B 117 e Norma ABNT NBR-8094, submetida a um período mínimo de até 600 horas de exposição;

n) Laudo de espessura de camada de tinta, elaborado por laboratório(s) acreditado(s) pelo INMETRO, atestando uma espessura mínima de 0,16 mm, conforme norma ABNT NBR 10.443;

o) A contratada deve apresentar os Planos de Inspeção e Testes referentes a todos os processos produtivos, de instalação e de serviços associados que contratualmente sejam de sua responsabilidade. Esses planos devem ser elaborados de modo a atender as seguintes diretrizes (ABNT NBR 5426:1985):

1. Assegurar a compatibilidade do projeto, procedimentos de inspeção e da documentação interna aplicável com o equipamento ou material objeto do fornecimento;
2. Indicar os dispositivos e equipamentos (incluindo as incertezas de medição) para obtenção da qualidade, na verificação de dimensões críticas, testes de funcionamento, (apresentar cerificação de calibração dos equipamentos de medição tais como trena, micrômetro, paquímetros, etc.)
3. Indicar os procedimentos e os padrões de execução e de aceitação para todas as características e requisitos da qualidade. Considerar, quando estabelecido em projeto, o nível de qualidade de referência (API/PSL, por exemplo);
4. Identificar e preparar os registros da qualidade, citando o tipo de registro: relatório,certificado, gráfico, etc. Estes registros devem permitir a identificação e rastreabilidade dos componentes críticos durante todo o processo fabril;
5. Apresentar relatórios do tratamento químico de fosfatização e galvanização do ultimo trimestre comprovando a conformidade do processo de inspeção e testes.
6. Apresentar processos de cadastro e qualificação de fornecedores da cadeia produtiva, garantindo a conformidade dos insumos.

A contratada deve apresentar modelos do programa de inspeções com aplicação sistemática de Listas de Verificação para todas as disciplinas que fazem parte do escopo de seus serviços. O conteúdo das Listas de Verificação e a periodicidade de aplicação devem ser definidos em conjunto com a Fiscalização da contratante.

13. Obrigações da Prefeitura Municipal de Maricá

É da responsabilidade da Prefeitura Municipal de Maricá:

a) Serão designados 3 (três) gestores da Prefeitura da Cidade de Maricá, da Secretaria Requisitante, para acompanhamento, fiscalização, validação e aprovação da execução contratual;

b) Orientar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada;

c) Verificar a execução contratual e atestar a nota fiscal no valor global de cada equipamento apresentada pela contratada;

d) Verificar as guias de recolhimento dos encargos fiscais, devidos pela contratada em função da execução do contrato;

e) Manifestarem-se, por escrito, sobre os relatórios e demais elementos fornecidos pela contratada, bem como exigir a adoção de providências necessárias à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos bens adquiridos.

14. Da Apresentação das Propostas

As licitantes devem apresentar anexo à proposta de preço planilha de quantitativos que expresse a composição de todos os seus custos unitários, compreendendo os utensílios utilizados e a mão de obra empregada.

15. Foro

Ficará eleito o Foro da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do Edital de Convocação e do contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, 30 de janeiro de 2018

Adelso Pereira
Secretário de Conservação

ANEXO IV

A - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº

Processo Administrativo Nº

Publicado no JOM de:

Validade:

REGISTRO DE PREÇOS PARA .....

Aos .....dias do mês de .....do ano de dois mil e dez, a Municipalidade de Marica, através da _____(Órgão Gestor) integrante da Secretaria Municipal de _____, situada na _____, nº __, nesta Cidade, aqui representada, nos termos do Decreto Municipal n.º _____, por _____, portador (a) do R.G nº __.___.___-_ e inscrito no CPF sob nº ___.___.___-__, e a empresa ....., situada na rua ..... nº ....., CNPJ nº ..... – neste ato representada por seu ....., ..., portador do RG nº ..... e inscrito no CPF sob nº ....., nos termos do Decreto Municipal nº ....., da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls. ....., HOMOLOGADA às fls. ....., ambas do processo administrativo nº....., referente ao Pregão Presencial nº _____/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do(s) item (ns) dela constante (s), nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do Decreto Municipal n.º 135/2013.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se ao seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o

serviço pretendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a secretaria requisitante para assinatura do contrato.

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade.

3.4. O objeto da ata será executado nas unidades requisitantes, sendo o recebimento provisório, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e no Edital de Licitação.

3.4.1. A execução do serviço será acompanhada por fiscais, devendo a nota fiscal ou nota fiscal-fatura, estar acompanhada da cópia reprográfica da nota de empenho e contendo o detalhamento em valores unitários dos serviços prestados..

3.5. Se a qualidade do serviço prestado não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o serviço apresentar inconformidades que impeçam ou prejudiquem a sua função/destinação, a detentora deverá providenciar o refazimento do mesmo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

I - advertência;

II - multa moratória de 1,0 % (hum por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do "Termo de Contrato".

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 047/2013.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra "a', do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três

centésimos por cento) ao mo mês, calculado pro *rata die,* e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feito mediante desconto de 0,033% ao mês, pro *rata die*

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela PMM à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1 . A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

72.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4 A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito,comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. Os itens decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizadas através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão as mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados ou enviados através de "fac-símile", deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.6566/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente

9.5. O preço a ser pago pela PMM é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela PMM nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à PMM toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. requisitar, via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado

10.2.3. observar as determinações do Decreto nº 047/2013.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.3.4. em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1°, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

10.3.5.ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, de de 2018.

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME: _____

R.G. nº:_____ R.G. nº:_____

B – MINUTA CONTRATUAL

MINUTA - CONTRATO PARA _____ PARA A _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO MARICÁ E _____

O **MUNICÍPIO DE MARICÀ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua _____, CNPJ nº _____, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Exmo. Sr. (IDENTIFICAR AUTORIDADE), e a sociedade empresária _____ situada na _____, e inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por ____(IDENTIFICAR REPRESENTANTE)_____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA _____**, conforme processo administrativo _____, especialmente o disposto no Edital nº _____, modalidade _____, aplicando-se a este contrato as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto 047/2013, demais legislações aplicáveis ao tema, bem como as cláusulas e condições seguintes:

ÍNDICE

CLÁUSULA	*ASSUNTO*
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DO FORNECIMENTO
8ª	DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16ª	DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
17ª	DA RESCISÃO
18ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20ª	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de ....., conforme os itens especificados no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	PREÇO TOTAL				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de _____ , a contar da data de sua assinatura, obedecido o cronograma de execução estabelecido para as entregas, em anexo. Parágrafo

Primeiro. Os Prazos de Entrega poderão ser prorrogados nos termos permissivos do art. 57, § 1º, da Lei n. º 8.666/93. Parágrafo Segundo. O fato que gere a antecipação da entrega com o conseqüente esgotamento de saldo provocará a extinção antecipada da presente avença. **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:** Constituem obrigações do MUNICÍPIO: a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato; b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; c) exercer a fiscalização do contrato; d) receber o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato. **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Constituem obrigações da CONTRATADA: a) fornecer o objeto contratual de forma imediata, em até ____ (____) dias, contados a partir da solicitação formal do MUNICÍPIO, conforme Termo de Referência/Projeto Básico e Edital, utilizando-se das normas aplicáveis, em face da legislação vigente e daquelas contidas neste Instrumento Contratual;b) prestar, sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO, em até ___ (____) dias, as correções, substituições, e revisões de falhas ou defeitos verificados no item fornecido, especialmente no caso de entrega de produto defeituoso ou inadequado; c) acatar as instruções emanadas da fiscalização; d) atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como encargos fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93; e)manter durante toda a execução do contrato às condições de habilitação e em compatibilidade com as obrigações por assumidas; f) Entregar os produtos considerando que não se tenha ultrapassado -----% do seu prazo de validade, conforme disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou no Edital; g) Atender todas as normas e legislações no que concerne à matéria; h) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento contratual. **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL:** Dá-se a este contrato o valor total de R$ ____ (____), sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93. CLÁUSULA **SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas: Fonte de Recurso: _____; Elemento de Despesa: _____; Programa de Trabalho:_____; Nota de Empenho:_____. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO:** O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial. **Parágrafo primeiro.** Cumpre à **CONTRATADA** providenciar o fornecimento do objeto contratual, na Secretaria Municipal de _____, situada na Rua _____, nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme previsões no Edital, no Projeto Básico e no Cronograma de Execução. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** empregará os bens e recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento. **Parágrafo terceiro.** A execução do objeto contratual observará o descrito no edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis. **Parágrafo quarto.** As inclusões ou exclusões de material ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados seqüencialmente e subscritos pelos representantes das Partes. **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL:** A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete: a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato; b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta; c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado; d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato; e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**. **Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações tomadas pela Comissão prevista no *caput* desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à

diligência da fiscalização. **Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização. Parágrafo quarto**.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades. **Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria. **Parágrafo sexto.** Os membros da comissão prevista no *caput* desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para providências. **Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais. **Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido pelo fornecimento realizado, observada a seguinte forma: a) provisoriamente, com a entrega dos bens, confirmando-se de imediato, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida, no prazo de ___ (____) dias; b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o *caput* desta cláusula, após decorrido o prazo máximo de ___ (____) dias, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais. **Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA,** que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA é responsável por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O MUNICÍPIO fará o pagamento dos produtos fornecidos por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pela CONTRATADA e aceita pelo Município, depois de atestada a entrega pelos representantes do Município. Parágrafo primeiro. O valor devido será confirmado pelo registro dos bens entregues no período, que deverá se realizar por meio de servidores indicados pelo MUNICÍPIO em até dez dias após o prazo previsto para conclusão da etapa, considerando-se os preços unitários. Parágrafo segundo. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos produtos efetivamente entregues se for inferior ao previsto no cronograma de desembolso para a respectiva etapa. Parágrafo terceiro. Caso o valor dos bens efetivamente entregues seja superior ao previsto no cronograma físico-financeiro, será devido o valor indicado no cronograma, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no cronograma, facultado ao MUNICÍPIO, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente à efetiva execução medida no período. Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer bens entregues que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários. Parágrafo quinto. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, na forma do art. 40, inciso XIV, "a" da Lei Federal 8.666, de 1993. Parágrafo sexto. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação. Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feito mediante desconto de 0,033% ao mês, *pro rata die*. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA:** MUNICÍPIO, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei nº 8.666/93, mediante Aditamento Contratual. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO:** Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento. Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº

8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:** A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos; c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento); d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA; e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02. Parágrafo primeiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório. Parágrafo segundo - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra. Parágrafo terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia. Parágrafo quarto - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula competem ao Sr. Prefeito. Parágrafo quinto - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.–Parágrafo sexto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do MUNICÍPIO. Parágrafo único - Caso o MUNICÍPIO tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado. Parágrafo único - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO:** O presente contrato poderá ser rescindido por: a) Ato unilateral do MUNICÍPIO, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93; b) Por acordo entre as partes, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; c) Por decisão judicial, nos termos da legislação aplicável. Parágrafo primeiro – Constituem motivos para rescisão do contrato os termos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa. Parágrafo segundo - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Maricá. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do MUNICÍPIO. Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento

do ato. Parágrafo segundo - O MUNICÍPIO encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS:** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO:** Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, _____

Pela CONTRATANTE: Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

1 – 2 -